



ACÓRDÃO Nº1195/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº11938/2022.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Fundo de Aposentadoria e Pensões do Município de Canutama-FAPEMUC.
- 4- **Exercício:** 2021
- 5- **Responsável:** Sr. Francismundo Lima Monteiro
- 6- **Advogado:** Não Possui
- 7- **Unidade Técnica:** DICERP
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 6375/2022-MPC-ACP, do Dr. Ademir Carvalho Pinheiro, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Mário José de Moraes Costa Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Fundo de Aposentadoria e Pensões do Município de Canutama-FAPEMUC. Exercício de 2021.

Irregularidade. Multa. Recomendação. Ciência.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar irregular** a Prestação de Contas do **Sr. Francismundo Lima Monteiro**, responsável pelo Fundo Municipal de Previdência Social de Canutama-FAPEMUC, exercício de 2021, com fundamento nos arts. 19, I, 22, III, da Lei nº 2.423/1996 (Lei Orgânica deste Tribunal de Contas) c/c os arts. 188, § 1º, III, da Resolução nº 4/2002-TCE/AM (Regimento Interno deste Tribunal de Contas) e, ainda;
- 10.2. **Aplicar multa** ao **Sr. Francismundo Lima Monteiro**, no valor de R\$ 14.000,00, com fulcro no art. 308, VI, da Resolução nº 04/2002-TCEAM c/c o art. 54, VI, da Lei Orgânica nº 2423/1996, pela permanência das restrições elencadas na Proposta de Voto, as quais prejudicaram sobremaneira o exercício do controle, além de ferir os deveres constitucionais da transparência, da legalidade e da eficiência administrativa;

Fixa-se prazo de 30 dias para que o responsável recolha o valor da MULTA, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 –



ACÓRDÃO Nº1195/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERE autorizada, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

10.3. Recomendar ao Fundo de Aposentadoria e Pensões do Município de Canutama-FAPEMUC que:

10.3.1. aperfeiçoe o controle patrimonial da entidade, em atenção às exigências do art. 94 da Lei nº 4320/64;

10.3.2. implemente o controle interno na Unidade;

10.3.3. regularize as inconsistências detectadas nas seguintes documentações: Demonstrativo de Informações Previdenciárias e Repasses – DIPR; Demonstrativo da Política de Investimentos - DPIN; formulário de Aplicação e Resgate; Demonstrativo das Aplicações e Investimentos – DAIR, observando o disposto na Resolução nº 3.922/CMN e Portaria MPS 519/2011;

10.3.4. atente-se com maior cautela às disposições da Resolução nº 3922 do CMN, especialmente no que se refere à elaboração de política anual de aplicação dos recursos, com os requisitos mínimos inscritos em seu art. 4º;

10.4. Dar ciência ao **Sr. Francismundo Lima Monteiro**, sobre o deslinde do feito.



ACÓRDÃO Nº1195/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

11- Ata: 19ª Sessão Ordinária– Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 13 de Junho de 2023.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente não votou), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello, Josué Cláudio de Souza Neto e Luis Fabian Pereira Barbosa.

13.1. Auditor presente e Relator: Mário José de Moraes Costa Filho.

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA

Conselheiro-Presidente

MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO

Auditor-Relator

FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA

Procuradora-Geral